

## SOCIEDADE

# Nunca abriram tão poucos cursos no ensino superior

Instituições submeteram 184 propostas para acreditação no último ano, em que a quebra aconteceu exclusivamente no sector politécnico. Limitações legais e redução da procura explicam a situação

**Relatório**  
Samuel Silva

Pelo segundo ano consecutivo, as instituições de ensino superior estabeleceram um novo mínimo no número de novos cursos que pediram autorização para entrar em funcionamento. Em 2017, a Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3ES), o organismo público responsável pelo processo, recebeu 184 propostas para a abertura de licenciaturas, mestrados e doutoramentos. No início da década eram mais de 400.

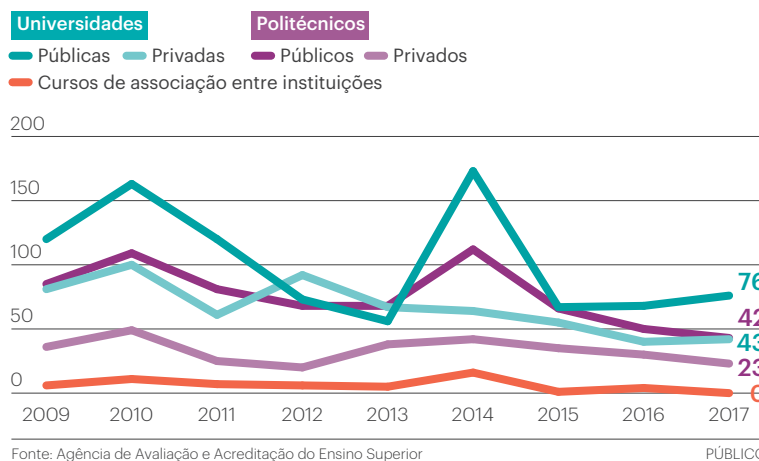
Em 2016, o número de pedidos de acreditação prévia de cursos superiores ficou abaixo dos 200 (foram 192). Este ano são 184, revela o relatório de actividades da A3ES, publicado na semana passada. A quebra é ligeira, mas serve para estabelecer um novo recorde negativo. É, porém, quando se olha para a evolução desde o início desta década que se percebe a dimensão do fenómeno: o número de pedidos para abertura de novos cursos em 2017 corresponde a menos de metade do número dos que foram submetidos a aprovação em 2010.

São vários os factores que ajudam a explicar esta menor apetência das instituições pela abertura de novos cursos. Desde a entrada em funcionamento da A3ES, em 2009, e de regras mais apertadas para a acreditação, universidades e politécnicos foram obrigados a fechar formações. Entre 2011 e 2015, fecharam mais de 2000.

Este período “obrigou a uma adaptação às exigências”, afirma o presidente do Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos (CCISP), Pedro Dominginhos. Coincidentemente, as instituições foram também obrigadas a adaptar-se “às regras do mercado”. Isto é, à crise na procura, que levou a uma quebra do número de colocados no ensino superior a partir do início da década.

Os números do Perfil do Aluno relativos ao ano lectivo 2016/17, que foram publicados no final da semana passada, mostram taxas de ocupação

Pedidos de acreditação prévia de cursos superiores



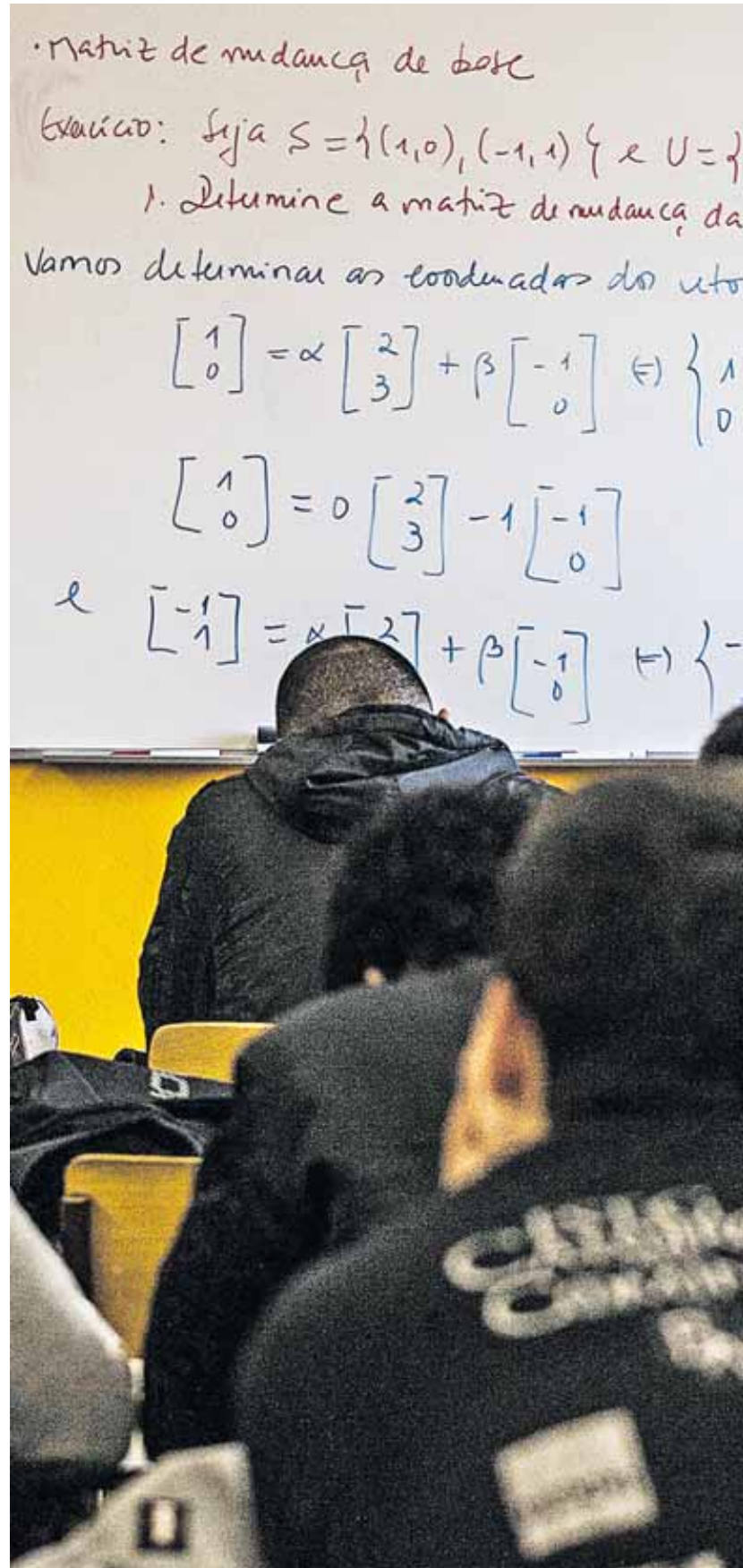
### Qual é o papel da A3ES?

Desde a sua criação, em 2009, a Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3ES) é responsável pela acreditação dos cursos do ensino superior. Além da acreditação prévia de novos cursos que as instituições pretendam pôr em funcionamento, como é o caso dos 184 que foram apresentados ao longo do último ano pelas universidades e politécnicos, a agência pública fez também, nos últimos anos, a avaliação de todos os cursos que já existiam quando entrou em funcionamento e uma monitorização das condições das formações, sejam licenciaturas, mestrados e doutoramentos. Só os cursos técnicos superiores profissionais, formações de dois anos ministradas exclusivamente nos politécnicos, estão fora da sua alçada.

dos cursos de formação inicial relativamente baixas nos politécnicos públicos (76,3%) e nas instituições privadas (49,9%, no caso das universidades; 28,5%, no caso dos politécnicos). Apenas as universidades públicas conseguem uma taxa superior a 90% (94,9%). Estes dados representam, ainda assim, uma evolução positiva, atendendo a que, nos três anos anteriores, o número de entradas pelo concurso de acesso voltou a subir.

A tendência inverteu-se, porém, este ano, e as previsões demográficas apontam no sentido de uma diminuição do número de estudantes no superior nos próximos anos. Face a este cenário, às instituições não restou outro caminho que não fosse o que Pedro Dominginhos designa por “consolidação da oferta”. “Hoje há uma atitude mais ponderada das instituições na submissão de novos cursos”, diz. Tenta-se que as propostas apresentadas estejam “mais alinhadas com as estratégias das instituições.”

Muitos dos cursos que são apresentados como novos são, de resto, adaptações de cursos já existentes, alerta, por seu turno, a reitora da Universidade de Évora, Ana Costa Freitas. “A oferta que existe já é suficientemente diversificada e não temos alunos para mais cursos a não ser em casos muito pontuais”, acrescenta a mesma responsável. Parte desta



Previsões demográficas apontam para uma diminuição do número





## Hoje há uma atitude mais ponderada das instituições na submissão de novos cursos

**Pedro Dominginhos**  
Presidente do Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos



ADRIANO MIRANDA



equação são também as limitações impostas à abertura dos novos cursos – iniciadas pelo anterior Governo e mantidas pelo actual. O número de vagas disponíveis em cada instituição não pode aumentar em relação ao ano anterior. O total de licenciaturas também não pode ser maior. Ou seja, para abrirem novos cursos de 1.º ciclo, as instituições têm que fechar outro. A exceção são áreas que a tutela possa considerar prioritárias como tem acontecido, nos últimos dois anos, com a Física e as Tecnologias da Informação e Comunicação.

Apesar da tendência geral de diminuição do número de novos cursos no superior, os dados do relatório da A3ES mostram que, no último ano, foi só entre os politécnicos que este indicador diminuiu (menos 21,4%). Foram apresentados apenas 66. Destes, a maioria são licenciaturas (42), mas a quebra acontece também nas licenciaturas e nos mestrados.

As universidades apresentaram 118 cursos, mais 9% do que no ano anterior. O único ciclo de estudos em que as universidades reduziram o número de propostas são os doutoramentos - que ainda são um exclusivo das universidades. Foram propostos 27, menos 25% do que no ano passado.

São as universidades que conseguem também o melhor desempenho no processo de acreditação. Dos cursos submetidos para aprovação, 61% têm “luz verde” da A3ES, aos quais se juntam 7% que têm a aprovação “com condições” - anomalias que não são consideradas graves e que as instituições podem ainda resolver. Já nos politécnicos, 44,5% são aprovados e outros 15% aprovados “com condições”. Os restantes são rejeitados (40%, no caso dos politécnicos; 32%, nas universidades).

O relatório da A3ES diz ainda que, na nova área das terapias não convencionais – que inclui a acupuntura, a fitoterapia, a naturopatia, a quiroprática e a osteopatia – foram recebidos “apenas cinco pedidos” em 2017. Desde a entrada em vigor da lei que permitiu que estas áreas passassem a ser leccionadas no superior, em 2013, foram aprovadas 15 licenciaturas em terapias não convencionais. A grande maioria destas (12) é de osteopatia. Os restantes três cursos com acreditação são de acupuntura.

samuel.silva@publico.pt

## Sistema de ensino perdeu quase 90 mil alunos em 12 anos

**Rita Marques Costa**

As instituições de ensino do continente perderam 89.815 alunos, do pré-escolar ao ensino superior, entre 2005/2006 e 2016/2017. O número de inscritos no último ano lectivo (cerca de um milhão e 920 mil) nunca tinha sido tão baixo durante o período analisado. Os dados são do *Perfil do Aluno 2016/2017*, publicado este mês pela Direcção-Geral das Estatísticas da Educação e da Ciência (DGEEC), que compila informação sobre todos os tipos de cursos, incluindo os de formação de adultos.

A redução não foi igual em todos os níveis de ensino. Só o básico perdeu 130 mil alunos, quando se compara os matriculados há 12 anos com os que estavam no sistema em 2017. Porquê? “É o efeito demográfico”, explica Paulo Peixoto, investigador do Observatório das Políticas de Educação e Formação do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. O decréscimo da taxa de natalidade reflecte-se nestes números.

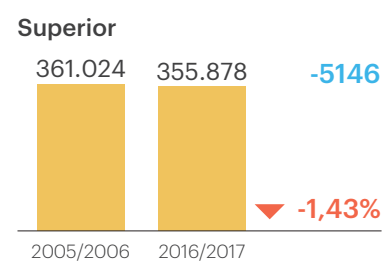
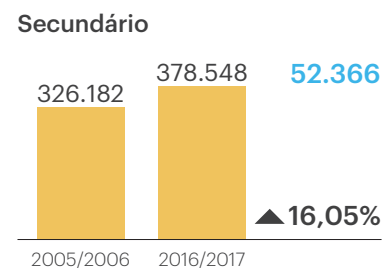
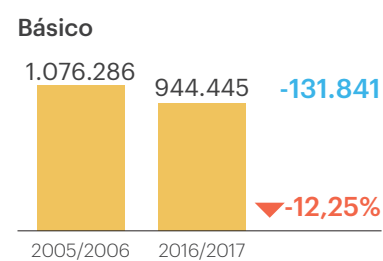
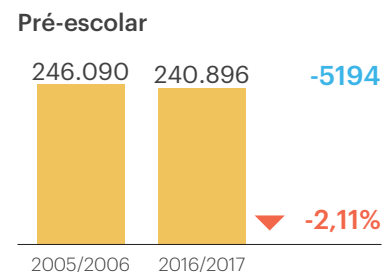
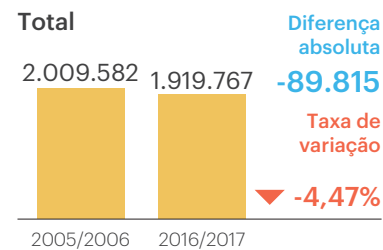
O fenómeno poderia ser atenuado “se Portugal estivesse a acolher muita imigração com crianças nesse nível de ensino”, comenta o especialista. “Mas isso não está a acontecer.”

Já no secundário deu-se a alteração inversa. O número de estudantes que frequentavam o 10.º, 11.º e 12.º anos aumentou 16%. Passou-se de 326.182 inscritos em 2005/2006 para 378.548. Neste caso, Paulo Peixoto explica que o decréscimo da natalidade é compensado pela introdução, a partir de 2012/13, da escolaridade obrigatória até aos 18 anos.

No período analisado pela DGE-EC, as taxas de retenção passaram para metade. A diminuição foi mais acentuada no ensino secundário. Em meados dos anos 2000, 30,6% dos estudantes do 10.º ao 12.º ano desistiam ou ficavam retidos. Em 2015/2016, eram 14,9%.

### Alunos matriculados

Por nível de ensino e ano lectivo entre 2005/06 e 2016/17



Fonte: *Perfil do Aluno 2016/2017*, da Direcção-Geral das Estatísticas da Educação e da Ciência (DGEEC)

Quanto aos que concluíram estes níveis de ensino, registou-se um aumento de 17,6% no básico e de 45% no secundário.

De acordo com este relatório, os rapazes estão em maioria em todos os níveis de ensino. Com uma excepção: o ensino superior. Aí, as raparigas representam 53,5% dos quase 356 mil matriculados.

As escolas públicas continuam a receber a maioria dos alunos. O ensino privado assume um papel mais preponderante no pré-escolar (47,7% dos estudantes matriculados) e no secundário (21,4%). No 1.º ciclo estão no privado apenas 12,6% dos alunos do sistema de ensino.

Quanto aos alunos de outras nacionalidades, o Brasil domina. Dos 26.491 brasileiros matriculados nas

## Os rapazes estão em maioria nos diferentes níveis de ensino. A excepção é o superior onde elas representam 53,5% dos quase 356 mil matriculados

escolas portuguesas, quase metade estavam no ensino superior. Esse rácio é ainda maior para os estudantes angolanos, espanhóis, italianos, alemães, moçambicanos, polacos e holandeses.

Em 2016/2017, havia quase dois milhões de estudantes matriculados. Desses, cerca de 5% (102.814) tinham mais de 30 anos e quase 60% estavam no ensino superior. Entre os alunos com mais de 50 anos, o número de inscritos no básico (7415) estava muito próximo do dos matriculados no ensino superior (7774).

rita.costa@publico.pt